



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)
HISTÓRIA LICENCIATURA**

**DISCIPLINA OU REPRESSÃO? UMA ANÁLISE DAS DENÚNCIAS DE
VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO PARANÁ
(2020-2024)**

GABRIEL CESAR BRUNÓRIO

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)
HISTÓRIA LICENCIATURA**

**DISCIPLINA OU REPRESSÃO? UMA ANÁLISE DAS DENÚNCIAS DE
VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO PARANÁ (2020-2024)**

GABRIEL CESAR BRUNÓRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Costa Sanches

Foz do Iguaçu
2025



PARECER PARA AVALIAÇÃO DE TCC / BANCA EXAMINADORA

TÍTULO DO TRABALHO: DISCIPLINA OU REPRESSÃO? UMA ANÁLISE DAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO PARANÁ (2020-2024)

AUTOR(A): GABRIEL CESAR BRUNÓRIO

ORIENTADOR(A): TIAGO COSTA SANCHES

CRITÉRIOS:

- Relevância e pertinência do trabalho para a área de estudo;
- Relação do problema de pesquisa com os objetivos propostos;
- Consistência e rigor na abordagem teórico-metodológica e na argumentação;
- Apresentação, de forma clara e objetiva, dos procedimentos metodológicos utilizados, coerentes com os objetivos do trabalho;
- Utilização de referencial teórico atualizado e adequado ao problema de pesquisa;
- Interlocução com a produção da área;
- Conclusões fundamentadas.

CONCLUSÃO DO PARECER:

() APROVADO (X) APROVADO COM RECOMENDAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO
() APROVADO SUJEITO A MODIFICAÇÕES () REPROVADO

Observações/Justificativas:

BANCA EXAMINADORA:

TIAGO COSTA SANCHES
Orientador

ANA PAULA ARAUJO FONSECA
Examinadora

JULIANA FRANZI
Examinadora

LIVIA FERNANDA MORALES
Examinadora



ATA REUNIÃO BANCA EXAMINADORA / AVALIAÇÃO DE TCC

No dia 11 do mês de março do ano de 2015, às 22h23 horas, em sessão pública na sala virtual meet.google.com/ckw-gukg-tfi, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a) Tiago Costa Sanches e composta pelas examinadoras: 1. ANA PAULA ARAUJO FONSECA, 2. JULIANA FRANZI, 3. LIVIA FERNANDA MORALES, analisou-se o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: DISCIPLINA OU REPRESSÃO? UMA ANÁLISE DAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO PARANÁ (2020-2024), como requisito indispensável para a integralização do Curso de História, Grau Licenciatura. Após reunião, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela Aprovação do referido trabalho, com nota 10,0 e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores.

BANCA EXAMINADORA:

TIAGO COSTA SANCHES
Orientador

ANA PAULA ARAUJO FONSECA
Examinadora

JULIANA FRANZI
Examinadora

LIVIA FERNANDA MORALES
Examinadora



Emitido em 11/03/2025

ATA DE DEFESA DE TCC N° Ata Gabriel/2025 - ILAACH (10.01.06.01.04) Serviço Público Federal
(N° do Documento: 25)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/03/2025 13:51)

ANA PAULA ARAUJO FONSECA
PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
ILAACH (10.01.06.01.04)
Matrícula: ###473#7

(Assinado digitalmente em 12/03/2025 14:49)

JULIANA FRANZI
PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
ILAACH (10.01.06.01.04)
Matrícula: ###117#4

(Assinado digitalmente em 12/03/2025 13:41)

TIAGO COSTA SANCHES
PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
ILAACH (10.01.06.01.04)
Matrícula: ###255#2

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 25, ano: 2025, tipo:
ATA DE DEFESA DE TCC, data de emissão: 12/03/2025 e o código de verificação: e39c4bdf25

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha resiliência e determinação, mas também à minha mãe Regiane, avó Roseli, irmãs Isabelli e Rafaella e todos os familiares que me apoiaram nessa trajetória e acreditaram em mim. Assim como o apoio da minha madrinha Lucilene e padrinho Antônio, além da minha mãe-postiça Regiane.

Não poderia deixar de agradecer também minha linda Kiki, que infelizmente me deixou no meu último semestre dessa trajetória, a minha coelhinha que nos quase dez anos que esteve comigo me ensinou o significado de força e amor, me manteve vivo e foi um apoio emocional fundamental para me fazer correr atrás dos meus objetivos sem medo. Sua partida me obrigou a diminuir um pouco o ritmo e respirar para continuar posteriormente com ainda mais força e energia. Amarei-te para todo sempre.

Além disso, agradeço o meu orientador, Tiago Sanches, no qual pude ter trocas incríveis pelos dois últimos anos da graduação em algumas disciplinas e também como meu orientador. Sem ele, teria sido ainda mais difícil encontrar um caminho para essa pesquisa.

Agradeço aos grandes amigos que me apoiaram neste percurso e aventura em Foz, tanto os que conheci no decorrer da graduação como a Jovana e meu irmão Guilherme, além dos que estavam distantes, em especial: Ergon e Isabela. Minha eterna gratidão pelo apoio emocional, incentivos e ombro-amigo quando foi necessário.

Agradeço meu avô Raildo, que não teve a oportunidade de me ver ingressar na universidade e me graduar, mas desde sempre me incentivou a estudar e investiu nos meus sonhos. Sou extremamente agradecido por tudo e por tanto!

Por fim, agradeço aos futuros colegas de trabalho da APP Sindicato pelo apoio e incentivo para a realização desta pesquisa. Expresso também minha gratidão à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), fruto de políticas públicas voltadas à democratização do ensino superior, criada durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja missão de produzir ciência e promover a integração de ensinos, povos e culturas possibilitou este estudo.

“Ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles que em lugar desta constante viagem ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e de rotina.”

(Paulo Freire)

RESUMO

A militarização das escolas públicas no Brasil tem sido amplamente debatida, especialmente com a implementação do modelo cívico-militar. Apresentado como solução para a indisciplina e a violência escolar, esse modelo levanta preocupações sobre repressão e violência. Este estudo investiga denúncias de violência em escolas cívico-militares do Paraná (2020-2024), analisando seus impactos. A pesquisa, baseada em registros da SEED e do APP-Sindicato, apresenta discussões sobre a presença militar e as relações de violências nessas escolas. Os relatos apontam intimidações constantes e um ambiente disciplinar que compromete o bem-estar emocional dos estudantes. O estudo reforça a necessidade de um modelo educacional democrático, inclusivo e respeitoso aos direitos dos estudantes.

Palavras-chave: escolas cívico-militares, violência escolar, militarização da educação, repressão, direitos dos estudantes.

RESUMEN

La militarización de las escuelas públicas en Brasil ha sido ampliamente debatida, especialmente con la implementación del modelo cívico-militar. Presentado como una solución para la indisciplina y la violencia escolar, este modelo genera preocupaciones sobre represión y violencia. Este estudio investiga denuncias de violencia en escuelas cívico-militares de Paraná (2020-2024), analizando sus impactos. La investigación, basada en registros de la SEED y del APP-Sindicato, presenta debates sobre la presencia militar y las relaciones de violencia en estas escuelas. Los testimonios señalan intimidaciones constantes y un ambiente disciplinario que afecta el bienestar emocional de los estudiantes. El estudio refuerza la necesidad de un modelo educativo democrático, inclusivo y respetuoso de los derechos de los estudiantes.

Palabras clave: escuelas cívico-militares, violencia escolar, militarización de la educación, represión, derechos de los estudiantes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP/APP Sindicato - Sindicato dos(as) professores(as) e funcionários(as) de escola do Paraná.

SEED - Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná.

PECIM - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

*“Me movo como educador porque primeiro me
movo como gente”*

(Paulo Freire)

INTRODUÇÃO

A militarização das escolas públicas no Brasil tem sido um tema de intenso debate nos últimos anos, especialmente diante da expansão do modelo de escolas cívico-militares promovido pelo governo federal durante a gestão presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022). Esse modelo foi formalizado pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto Presidencial nº 10.004 de 05 de setembro de 2019, com o objetivo de melhorar a disciplina e a segurança nas escolas públicas por meio da gestão compartilhada entre civis e militares. O programa foi implementado em cerca de 200 escolas até o final de 2022 e se inspirava nas escolas militares tradicionais, que historicamente apresentam índices elevados de desempenho acadêmico. No entanto, diversos estudos apontam que a adoção desse modelo ignora as desigualdades de investimento entre as escolas militares e as públicas, além de impor uma lógica hierárquica e disciplinar baseada em valores militares. Além disso, há relatos de que, em muitos municípios, a adesão ao PECIM ocorreu por motivações políticas, sendo utilizado como uma estratégia eleitoral para atrair setores conservadores. O contexto social e político no qual essa política foi implementada está atrelado ao crescimento do pensamento conservador no Brasil desde 2018, além da busca por respostas imediatas para problemas estruturais da educação, como a violência e a indisciplina escolar. Contudo, pesquisas indicam que essa abordagem pode ter agravado o ambiente escolar, substituindo o diálogo por um modelo baseado no medo e na repressão, afetando a relação entre estudantes, professores e a gestão educacional.

No entanto, diversos estudos e denúncias apontam que esse modelo não apenas falha em reduzir os índices de violência, como também introduz novas formas de coerção e repressão, impactando negativamente o ambiente educacional. Conforme mapeado anteriormente em uma revisão de literatura sobre sobre escolas cívico-militares evidencia que a militarização do ambiente escolar desperta o medo nos estudantes, criando relações baseadas na obediência e na intimidação, em vez de promover uma educação democrática (Brunório, 2024). Outros pesquisadores como Chrispino e Dusi (2008), Mendonça (2019) e Costa (2022) também discutem como a imposição de uma disciplina rígida nesses espaços pode gerar um ambiente de repressão, afetando o desenvolvimento crítico dos alunos e a liberdade de expressão dentro da escola.

A distinção entre disciplina e repressão no contexto educacional é fundamental para compreender os impactos desse modelo. A disciplina pode ser entendida como um conjunto

de normas que organizam a convivência escolar e favorecem o aprendizado, quando aplicada de forma dialógica e formativa (Freire, 1987). No entanto, quando imposta rigidamente, sem espaço para participação dos alunos, ela pode se transformar em repressão, restringindo a liberdade de expressão e criando um ambiente de medo e obediência forçada (Foucault, 1975). No contexto das escolas cívico-militares, esse debate se torna central, pois a disciplina escolar passa a ser gerida por normas militares, o que pode resultar na supressão da autonomia estudantil e no enfraquecimento da educação crítica e emancipadora.

O presente estudo investiga os tipos de violência relatados por membros das escolas cívico-militares do estado do Paraná entre 2020 e 2024, analisando seus impactos sobre a comunidade escolar e a sociedade civil. O objetivo principal é compreender de que maneira a implementação desse modelo influencia a segurança, o bem-estar e a experiência educacional dos estudantes. Para isso, a pesquisa examina dados de denúncias registradas junto à Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) e ao Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Paraná (APP-Sindicato), além de analisar relatos qualitativos sobre as dinâmicas de opressão e intimidação nessas instituições.

Além de seu caráter investigativo, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre os rumos da educação pública no Brasil. A sua relevância se justifica tanto do ponto de vista acadêmico quanto social. No campo da pesquisa em educação, a militarização escolar representa um fenômeno recente que demanda análises aprofundadas sobre seus impactos pedagógicos, sociais e institucionais. Além disso, compreender as formas de violência presentes nesse modelo contribui para o debate sobre políticas públicas voltadas à segurança e ao direito à educação. Sob o aspecto social, a investigação fornece subsídios para a formulação de estratégias que garantam ambientes escolares mais democráticos, inclusivos e livres de práticas coercitivas, reforçando a importância de uma educação civil, conforme os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

BASES TEÓRICAS SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência escolar é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta em diferentes formas, incluindo violência física, psicológica e simbólica. Segundo Brignol e Rodrigues (2014), "a escola é vista como vítima, autora e local de aprendizagem de violências", onde alunos, professores e funcionários podem ocupar diferentes posições como agressores, vítimas e testemunhas. Assim, o conceito de violência escolar deve ser entendido

a partir de sua dinâmica interna e das relações institucionais que nela ocorrem.

Joe Garcia (2009) aponta que os problemas de indisciplina e violência nas escolas "solicitam uma profunda revisão em nossas visões e práticas pedagógicas, uma mudança de paradigma em termos de gestão educacional" (Garcia, 2009, p. 512). Essa revisão é fundamental para compreender as tipologias da violência no ambiente escolar, as quais podem incluir agressões verbais e físicas, bullying, discriminação e vandalismo.

Os impactos da violência escolar transcendem o ambiente da sala de aula, afetando a gestão escolar, o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes e professores. Segundo Brignol e Rodrigues (2014), "as práticas de ensino pouco significativas tornam a vivência escolar esvaziada de sentido, o que decorre de um currículo incondizente com as aspirações dos discentes". Essa desconexão curricular pode intensificar a indisciplina e os conflitos entre os diferentes atores escolares.

Diante desse cenário, é fundamental destacar que o direito à educação e a proteção contra a violência escolar estão garantidos pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com base nos princípios da igualdade e da liberdade (Brasil, 1988). Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 18, determina que é dever de todos zelar pela dignidade de crianças e adolescentes, garantindo sua proteção contra qualquer forma de violência, crueldade e opressão (Brasil, 1990).

Nesse sentido, Garcia (2009) argumenta que "a percepção de uma escola interrompida, em função de indisciplina e violência, nos instiga a investigar tanto aqueles aspectos em crise quanto aquilo que poderia ser transformado tendo em vista a necessidade de superação dos desafios representados por aqueles problemas" (Garcia, 2009, p. 514). Assim, torna-se essencial desenvolver estratégias pedagógicas e institucionais que promovam um ambiente mais seguro e inclusivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) reforça essa necessidade ao estabelecer, em seu artigo 3º, que o ensino deve ser ministrado com base na liberdade de aprender e ensinar, promovendo a gestão democrática e garantindo um ambiente seguro e respeitoso para todos os envolvidos no processo educacional (Brasil, 1996). Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabelece diretrizes

para reduzir as desigualdades educacionais e enfrentar as diversas formas de discriminação e violência dentro das escolas (Brasil, 2014).

A prevenção da violência escolar requer a adoção de abordagens sistêmicas que envolvam gestão escolar democrática, participação ativa da comunidade escolar e a implementação de metodologias pedagógicas mais significativas. De acordo com Chrispino e Dusi (2008), "a massificação do ensino no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, trouxe desafios para a convivência escolar, exigindo novos modelos de mediação e resolução de conflitos".

Galvão et al. (2010) destacam que "a ausência de um diálogo efetivo entre docentes, discentes e gestores contribui para o aumento dos conflitos na escola". Assim, programas de educação para a paz e gestão compartilhada são medidas eficazes para reduzir os índices de violência e melhorar o ambiente escolar.

Por fim, Garcia (2009) propõe uma mudança de paradigma na gestão educacional, enfatizando que "os problemas de indisciplina e violência representam forças que atuam em diversas instâncias do trabalho e projeto educacional das escolas" (GARCIA, 2009, p. 515). Dessa forma, cabe às instituições de ensino repensar suas práticas de gestão e ensino para enfrentar esse fenômeno de forma estruturada e eficaz.

MODELOS DE EDUCAÇÃO: CIVIL E MILITAR

A educação civil fundamenta-se na construção de cidadãos críticos, conscientes e ativos na sociedade, promovendo valores democráticos, o respeito aos direitos humanos e a responsabilidade social. Segundo Santos (2019), a escola deve ser compreendida como um espaço de proteção social, indo além da simples transmissão de conteúdos instrucionais e incorporando princípios como equidade, acessibilidade e justiça social. Nesse sentido, a educação deve garantir a inclusão, a diversidade e o desenvolvimento integral dos indivíduos, formando cidadãos capazes de compreender e intervir em sua realidade. Para isso, é essencial que a escola estimule a participação ativa dos estudantes na vida pública, assegure a equidade e o respeito à diversidade social, cultural e religiosa, e desenvolva a capacidade crítica e autônoma dos indivíduos em relação às estruturas sociais e políticas.

Além disso, a solidariedade e a responsabilidade social devem ser incentivadas, promovendo a cooperação e o compromisso com o bem-estar coletivo, assim como a cultura

da paz e da justiça social, favorecendo a resolução pacífica de conflitos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A escola, nesse contexto, deve atuar como um espaço de formação cidadã e de proteção de direitos, garantindo que a educação cumpra seu papel na construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Para Garcia (2009), "o desenvolvimento de uma educação civil eficaz requer um ambiente escolar que valorize a participação ativa dos alunos e professores, bem como o fortalecimento de práticas pedagógicas que promovam o diálogo e a cooperação" (GARCIA, 2009, p. 520). Dessa forma, a educação civil torna-se um instrumento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Diferente do modelo civil, que tem como fundamento a promoção da participação democrática, o ensino crítico e a autonomia dos estudantes, a educação militar opera a partir de princípios hierárquicos rígidos, disciplina compulsória e um código de conduta estruturado em regras inflexíveis. Esse modelo, historicamente adotado por instituições de formação militar, tem como objetivo principal a instrução para o serviço nas forças armadas, baseando-se na obediência estrita e na padronização do comportamento como pilares fundamentais do aprendizado.

A organização das escolas militares segue uma lógica estrutural diferenciada, na qual há uma cadeia de comando bem definida e um controle rigoroso sobre o ambiente escolar. Como apontam Soares et al. (2019), a militarização da educação envolve a transferência de práticas típicas das forças armadas para o contexto escolar, impactando a gestão, as interações pedagógicas e as experiências dos alunos. Nesses espaços, a disciplina é imposta por meio de rituais formais, como a exigência de fardamento, a obediência a ordens e a vigilância constante dos estudantes. Essa estrutura reforça a ideia de que o aprendizado deve ocorrer dentro de uma lógica hierárquica e punitiva, afastando-se da concepção de ensino baseada na reflexão e no questionamento.

Ao longo dos últimos anos, pesquisas sobre escolas militarizadas evidenciaram que esse modelo pode gerar impactos significativos sobre a liberdade pedagógica dos docentes e o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Um estudo conduzido por Souza et al. (2019) analisou a motivação para aprender em adolescentes de uma escola pública militar e identificou que, apesar do alto nível de disciplina e organização, o modelo tende a favorecer a motivação extrínseca em detrimento da intrínseca, ou seja, os estudantes tornam-se mais

propensos a estudar por medo de punição ou pela busca por reconhecimento do que por interesse genuíno no aprendizado.

Além disso, a aplicação desse modelo em escolas públicas tem sido alvo de debates sobre sua adequação ao contexto educacional civil. A adoção de um sistema hierárquico pode criar barreiras para a participação democrática no ambiente escolar, restringindo o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Como apontado por Soares et al. (2019), a expansão desse formato dentro da rede pública de ensino, especialmente em estados que adotaram políticas de militarização, tem sido acompanhada por questionamentos sobre a supressão da gestão democrática e a imposição de uma lógica disciplinar incompatível com os princípios educacionais estabelecidos pela Constituição.

Então, ao comparar os modelos de educação civil e militar, observa-se que o primeiro se fundamenta na promoção da autonomia e no estímulo ao pensamento crítico, enquanto o segundo estrutura-se na obediência e no controle rígido das ações dos estudantes. A militarização da educação, ao incorporar preceitos típicos das forças armadas, acaba por transformar o ambiente escolar em um espaço onde a disciplina se sobrepõe ao aprendizado reflexivo, alterando a função social da escola e sua capacidade de formar cidadãos críticos e participativos.

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO E O MODELO CÍVICO-MILITAR

A educação como ferramenta de formação cidadã

Segundo Rockwell e Ezpeleta (1989), a escola deve ser compreendida como um espaço dinâmico e em constante construção, onde as relações sociais, as práticas pedagógicas e os contextos políticos e culturais se entrelaçam para dar forma ao cotidiano educacional. Para as autoras, a pesquisa sobre a escola não pode se limitar a uma visão burocrática ou meramente institucional, mas deve captar as múltiplas dinâmicas que emergem no dia a dia, reconhecendo que a educação é um processo vivo e historicamente situado (Rockwell & Ezpeleta, p. 11). Assim, a escola não pode ser vista apenas como um espaço de transmissão de conteúdos, mas como um ambiente de interação social e construção coletiva do conhecimento.

Essa compreensão se alinha ao Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado Lei nº 13.005/2014 vai estabelecer metas e diretrizes para a educação pública no Brasil,

reafirmando o papel do Estado na garantia do acesso universal à educação, com equidade e qualidade. Essa Lei orienta que a educação deve estar voltada para a redução das desigualdades, o fortalecimento da gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação. Além disso, a Constituição Federal, no artigo 205, define a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, destacando sua função essencial na promoção do desenvolvimento humano e da cidadania (Enciclopédia Jurídica, PUC-SP). Esses princípios reforçam a necessidade de uma escola pública que não apenas inclua, mas que também possibilite a emancipação dos sujeitos por meio da aprendizagem e da reflexão crítica.

Paulo Freire, como destacado por Pretto e Zitkoski (2016), amplia essa visão ao afirmar que a educação não pode ser neutra, pois sempre implica uma escolha entre a domesticação e a libertação. Para Freire, o conhecimento deve ser um instrumento de emancipação, permitindo que os indivíduos compreendam e questionem a realidade em que vivem. Seu pensamento é expresso na máxima: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, apud Pretto & Zitkoski, 2016), indicando que a escola deve ser um espaço de diálogo e de construção coletiva do saber. Esse entendimento se contrapõe a modelos de ensino que enfatizam apenas a obediência e a reprodução de conteúdos, sem fomentar o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes.

Ao analisar essas diferentes perspectivas, percebe-se que a função social da educação vai além da mera instrução técnica ou da preparação para o mercado de trabalho. A escola, quando estruturada a partir de princípios democráticos e emancipatórios, tem o potencial de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de intervir na sociedade de forma crítica e propositiva. No entanto, esse ideal enfrenta desafios em um contexto marcado por desigualdades estruturais, precarização da educação pública e tentativas de esvaziamento do seu caráter político. A defesa de uma escola pública, gratuita e voltada para a formação cidadã não é apenas um compromisso com o presente, mas uma aposta na construção de um futuro mais justo e democrático. Assim, garantir uma educação libertadora significa assegurar que a escola não seja um espaço de mera reprodução da ordem vigente, mas um lugar onde se cultive o pensamento crítico e a capacidade de transformação social.

METODOLOGIA

Este trabalho seguiu um percurso metodológico fundamentado em uma abordagem **mista**, pois trabalha com denúncias recebidas em formato quantitativo, mas também utiliza relatos e a discussão em torno dessas denúncias com uma abordagem qualitativa. Como apontam Chrispino e Dusi (2008), a análise da violência escolar requer modelos que permitam compreender tanto a frequência dos casos quanto suas dinâmicas institucionais e por isso a escolha de combinar esses dados tanto em um formato quantitativo quanto trazendo para um tom qualitativo.

Além disso, a pesquisa teve como base inicial uma revisão bibliográfica sobre os impactos da militarização no ambiente escolar, com foco na perspectiva dos estudantes. Esse levantamento resultou na publicação do artigo **“A repressão e violência aos estudantes nas escolas cívico-militares brasileiras através do medo: uma revisão de literatura”** (BRUNÓRIO, 2024), no qual se discutiu como a presença militar nas escolas cívico-militares gera um ambiente de medo e repressão, afetando a autonomia e o bem-estar emocional dos alunos. Posteriormente, essa revisão foi enriquecida com outras referências, permitindo um refinamento maior das questões encontradas nas denúncias analisadas neste trabalho.

A partir dessa revisão, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa aprofundada, utilizando denúncias registradas institucionalmente pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) e denúncias recebidas de forma autônoma pela APP-Sindicato (Sindicato dos Professores e Funcionários de Escolas do Estado do Paraná). A inclusão dos dados da APP-Sindicato foi essencial para cruzar diferentes narrativas e ampliar o número de denúncias analisadas, visto que os registros oficiais da SEED apresentavam limitações, especialmente no acesso a detalhes sobre as experiências vividas pelos estudantes. Enquanto os dados da SEED se restringem à contabilização formal dos casos, os relatos enviados à APP-Sindicato fornecem descrições mais aprofundadas sobre as situações de violência, possibilitando uma análise qualitativa mais rica. Esse recorte para o Estado do Paraná permite uma compreensão mais detalhada dos impactos desse modelo educacional em um contexto específico, considerando tanto os registros institucionais quanto os relatos das comunidades escolares.

Para a coleta de dados, foi solicitado através de um ofício enviado para o e-mail da APP – Sindicato de Professores e Funcionários de Escolas do Estado do Paraná, requisitando

o acesso às denúncias recebidas por eles nas duas campanhas que promoviam como espaço de ouvidoria. Além disso, foi enviado através do portal de transparência do Governo do Estado do Paraná, um pedido direcionado à Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) dos mesmos dados foi encaminhado, utilizando-se do portal de transparência do governo estadual, tendo como fundamento a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). A escolha dessas fontes justifica-se pelo caráter oficial, pela relevância das denúncias na temática em questão e também para cruzar as informações e denúncias.

A fim de garantir a transparência do processo, foram utilizados procedimentos formais de solicitação de dados, conforme as normativas da Lei de Acesso à Informação. As etapas para acessar o portal de transparência do SEED estão documentadas em anexo, com prints das páginas e instruções detalhadas sobre a navegação e solicitação de informações. Também encontra-se dois anexos, um do ofício enviado à APP e o documento de solicitação dos dados à SEED.

Apesar de os procedimentos formais terem sido seguidos à risca, o processo de coleta de dados apresentou algumas dificuldades metodológicas. Inicialmente, por conta dos processos eleitorais e também legais, por se tratar de dados sensíveis, houve um certo atraso na resposta ao ofício enviado à APP, com o retorno sendo mais demorado do que o previsto, o que impactou no cronograma de análise. Além disso, o portal de transparência da SEED, embora tenha dito uma resposta inicial em menos de quinze dias, a planilha inicialmente enviada, não apresentava a relação da violência registrada (estudante-estudante, militar-estudante, etc), o que não permitiria a filtragem dos dados para o recorte desejado (militar-estudante). Tais obstáculos exigiram uma maior interação com a equipe responsável pelo atendimento do setor de transparência e a necessidade de realizar um pedido complementar para a obtenção de informações completas, sendo enviado assim, uma nova planilha, incluindo esta relação, mas sem a distinção entre os funcionários das escolas, dificultando a identificação se a violência partiu de um professor, militar ou outros funcionários contra o estudante.

Outro desafio foi o cruzamento de informações entre as denúncias recebidas da APP-Sindicato e os dados disponibilizados pela SEED. Esse processo teve como objetivo tratar os dados de forma criteriosa, identificando possíveis duplicações de denúncias entre as duas fontes e analisando como essas repetições ocorrem, caso tivesse alguma. Além disso, permitiu a eliminação de registros equivocados e a categorização das denúncias conforme os

tipos de violência e as relações envolvidas (exemplo: estudante-militar, estudante-estudante, gestor-estudante, etc.). Embora a análise detalhada desse cruzamento seja discutida mais adiante, esse procedimento foi essencial para garantir maior precisão nos resultados e compreender se os denunciantes recorreram a ambas as instâncias ou apenas a uma delas. Em alguns casos, as informações apresentaram inconsistências, como ser uma denúncia equivocada, sobre um tema que não se enquadra no objetivo final, de alguma escola que não está no Paraná ou ataques direcionados ao sindicato, utilizando deste espaço de recebimento de denúncias para tal. Isso demandou um processo de verificação minuciosa, revisitando os dados no processo de tratamento de dados. Essas dificuldades não comprometeram a validade da pesquisa, mas evidenciaram a complexidade e responsabilidade de se lidar com dados públicos, principalmente quando se trata de um tema assim, registrado em documentos com dados sensíveis.

Após a obtenção dos dados, o tratamento dos mesmos foi realizado com a finalidade de categorizar as denúncias, identificar padrões, estabelecer critérios de análise e identificar se há denúncias que foram registradas tanto pela SEED quanto pela APP. As denúncias foram classificadas com base em sua natureza (por exemplo, violência física, abuso de poder/violência verbal/ assédio moral, assédio sexual), bem como cidades de onde originam essas denúncias, a relação da denúncia (estudante-estudante, militar-estudante, funcionário-estudante, estudante-funcionário, etc) e a fonte da denúncia (recebida pela SEED, APP ou presente em ambas). Para respeitar o anonimato das denúncias recebidas e compartilhadas pela APP Sindicato, dados como nomes e nome das escolas foram preservados em anonimato, não utilizando deles. Resultando nas seguintes métricas gerais: quantidade das denúncias registradas (separadas por tipo de violência), relação das violências (estudante-estudante, militar-estudante, servidor-estudante), provedor da fonte da denúncia (APP ou SEED) e quantidade de denúncias registradas por mês/ano e também por ano durante esse período de 2020 a 2024. Como exposto logo na primeira tabela, é possível ver o quantitativo da fonte das denúncias:

TABELA 01: MÉTRICA DE FONTE DO REGISTRO DA DENÚNCIA

Fonte	Quantidade	%
SEED	450	81,52%
Denúncias APP	52	9,42%
Formulário APP	50	9,06%
Total	552	100,00%

Elaboração própria (2024).

Além disso, também foi organizada outras duas tabelas que separam a quantidade de violências (separadas em categorias) e as relações de violências delas, para que dessa forma, seja possível visualizar em números, como se dão as formas de violências (e quais são as relações delas) dentro das escolas cívico-militares no Paraná dentro desses quatro anos analisados (2020-2024).

TABELA 02: MÉTRICA DAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIAS REGISTRADAS

Violência	Quantidade	%
Agressão Física	138	25,00%
Assédio Sexual	119	21,56%
Agressão Verbal / Intimidação / Assédio Moral	112	20,29%
Bullying	68	12,32%
Denúncia Equivocada	37	6,70%
Violência Extraescolar	31	5,62%
Racismo / Injúria Racial	22	3,99%
Violência Autoprovocada	10	1,81%
LGBTQ+fobia / Discriminação de Gênero	6	1,09%
Outros	4	0,72%
Discriminação / Intolerância Religiosa	3	0,54%
Não Registrado	1	0,18%
Ameaça Física	1	0,18%
Total	552	100,00%

Elaboração própria (2024).

TABELA 03: MÉTRICAS DE RELAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS REGISTRADAS

Relação	Quantidade	%
Estudante-estudante	170	30,80%
Servidor-estudante	149	26,99%
Não houve registro	67	12,14%
Militar-estudante	64	11,59%
Denúncia equivocada	38	6,88%
Não informado	34	6,16%
Estudante-servidor	15	2,72%
Autoprovocado	10	1,81%
Servidor-servidor	3	0,54%
Pessoa externa	2	0,36%
Total	552	100,00%

Elaboração própria (2024).

Realizado tratamento desses dados e junção das três planilhas (duas da APP e uma da SEED), foi possível realizar um cruzamento desses dados, com o intuito de identificar possíveis duplicatas de denúncias, mas também observar a quantidade de denúncias, além de identificar as violências que os estudantes sofrem tanto em um contexto geral mas também separado por categorias.

Dessa forma, com todas as informações organizadas, foi possível aplicar filtros com base no objetivo principal desta pesquisa, que é identificar a violência sofrida pelos estudantes dentro dessas instituições de ensino, entendendo de onde parte essa violência - informação que há uma dificuldade em identificar nas informações enviadas pela SEED, pois eles classificam os militares e demais servidores numa mesma categoria neste documento - mas sendo possível identificar nas denúncias enviadas pela APP, pois foram denúncias que vieram acompanhadas de relatos.

CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO
Relação de violência militar-estudante	Denúncia de escola fora do Paraná
Relação de violência servidor-estudante	Outros tipos de relação de violências
Relato de experiência	Denúncias equivocadas
Denúncia de escola no Paraná	

Elaboração própria (2024).

Os filtros aplicados para chegar ao recorte desejado foram a exclusão para a parte de análise das denúncias que não estão ligados à identificar as violências sofridas pelos estudantes dessas escolas partindo de servidor - principalmente, dos militares - e denúncias equivocadas sobre outros assuntos ou que foram feitas com o intuito de atacar ou atrapalhar o trabalho do sindicato ao promover essas campanhas de receber também denúncias dessas escolas. Resultando na seguinte tabela final:

TABELA 04 - NÚMEROS DE VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES EM COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES NO PARANÁ (FILTRADA)

Violência / Ano	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Agressão Física	0	2	4	17	25	48
Bullying	0	0	0	1	2	3
Assédio Sexual	1	4	35	32	42	114
Agressão Verbal / Intimidação / Assédio Moral	0	0	2	26	62	90
Violência Extraescolar	0	0	0	21	9	30
Racismo / Injúria Racial	0	1	0	6	8	15
Discriminação / Intolerância Religiosa	0	0	0	1	2	3
LGBTQ+fobia / Discriminação de Gênero	0	2	0	1	3	6
Violência Autoprovocada	0	0	0	0	0	0
Denúncia Equivocada	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	3	1	4
Não Registrado	0	0	0	0	0	0
Ameaça Física	0	0	0	0	1	1
Total	1	9	41	108	155	314

Elaboração própria (2024).

Esse processo permitiu a organização e a sistematização dos dados de modo a facilitar a análise posterior, de forma que ficasse mais visível a identificação dos casos de estudo do recorte das violências. Além dessa tabela geral final, foi elaborado também (gráficos ou tabelas) com recortes mais específicos, de forma que conseguisse, análise dos dados, analisar cada tipo de violência, juntamente com os relatos de experiências e correlacionando com a fundamentação teórica.

PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados seguiu uma abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar quantas denúncias ocorreram desde a implementação do projeto de escolas cívico-militares, bem como os tipos de violências relatadas pelos estudantes. A partir dos dados coletados e das referências bibliográficas, busca-se compreender como essas violências impactam tanto a vida dos estudantes quanto seu aprendizado, transformando a escola em um ambiente hostil. Essa hostilidade gera medo nos estudantes, que passam a sentir que suas vozes não são ouvidas, afetando diretamente sua experiência educacional e seu bem-estar psicológico.

O processo da análise de dados foi orientada por uma triangulação entre as denúncias obtidas, a revisão bibliográfica previamente realizada e os dados extraídos e tratados de fontes oficiais, como a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) e as planilhas com denúncias coletadas pelo Sindicato dos Professores e Funcionários de Escolas do Paraná (APP). O processo de análise buscou identificar o número de denúncias desde a implementação do projeto de escolas cívico-militares, bem como categorizar os tipos de violências relatadas, como abusos físicos, psicológicos, verbais e sexuais.

A triangulação metodológica permitiu a combinação de diferentes fontes de informação, proporcionando uma análise mais robusta. Ao correlacionar os relatos individuais com as referências bibliográficas existentes, foi possível observar como essas violências se inserem em um contexto maior de violação de direitos, refletindo tendências que se repetem em várias escolas cívico-militares. Além disso, a análise destacou o impacto dessas violências não apenas na vida cotidiana dos estudantes, mas também em seu desenvolvimento educacional, já que a escola, que deveria ser um espaço de aprendizado e segurança, torna-se um lugar de medo e hostilidade.

Ao explorar as consequências dessas práticas abusivas, a metodologia permitiu compreender como o ambiente escolar passa a ser percebido pelos estudantes como um local

opressor. Esse ambiente hostil impacta diretamente o aprendizado e o desenvolvimento psicológico dos estudantes, criando barreiras para o engajamento escolar e gerando um ciclo de exclusão e marginalização. Dessa forma, a metodologia aplicada proporcionou uma investigação aprofundada do fenômeno das escolas cívico-militares no Brasil, oferecendo uma visão crítica e fundamentada sobre o impacto dessas instituições na vida dos estudantes, com ênfase nas dinâmicas de violência e opressão que permeiam o cotidiano escolar.

ANÁLISE DE DADOS DAS VIOLÊNCIAS: OS PRINCIPAIS TIPOS DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E A PERSPECTIVA DOS MEMBROS DA COMUNIDADE ESCOLAR DESSAS INSTITUIÇÕES

A partir das tabela geral, e suas versões alternativas com todos os filtros para chegar ao recorte de **violências praticadas por militares/servidores à estudantes dentro das escolas cívico militares**, é possível identificar também quais os tipos de violências mais são relatadas, evidenciando assim, que as escolas cívico militares são promovidas com o discurso de mais segurança, como resolução de problemas disciplinares, para aumentar a produtividade e obediência dos estudantes referente a autoridades, entretanto na prática há um aumento nos registros das denúncias de violências sofridas pelos estudantes.

Tendo como base as métricas e tabelas criadas a partir dos dados adquiridos através da SEED e da APP-Sindicato, conseguimos estabelecer recortes específicos sobre os tipos de violência denunciadas entre 2020 e 2024, dentro do objeto de estudo, que é a violência sofrida por estudantes nas relações servidor-estudante e militar-estudante. Dessa maneira, é possível identificar quais são as violências mais recorrentes nessas interações e observar um aumento no número de denúncias recebidas ao longo dos anos. É importante destacar que, no momento da implementação das escolas cívico-militares, o Brasil ainda estava em meio à pandemia de Covid-19, com aulas ocorrendo de forma remota ou semipresencial, o que pode ter influenciado a menor quantidade de registros no período inicial. No entanto, conforme as atividades escolares foram retomadas presencialmente, houve um crescimento no volume de denúncias, o que sugere a necessidade de investigar a relação entre o modelo cívico-militar e as dinâmicas de violência escolar. Além disso, deve-se considerar que nem todas as violências acabam sendo formalmente registradas, seja por medo dos estudantes em denunciar ou por outras barreiras institucionais.

OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIAS E SUAS TIPOLOGIAS NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES PARANAENSES

Dentro do recorte voltado para a análise dos números de violência física registrada nas escolas cívico-militares no Paraná, é possível observar, com base nos dados, que houve um aumento significativo no número de registros desse tipo de violência nos anos seguintes à implementação dessas escolas. Esse crescimento pode estar relacionado a diversos fatores, incluindo a **retomada das atividades presenciais após o período de ensino remoto e semipresencial causado pela pandemia de Covid-19**, que limitou o contato entre estudantes e servidores nos primeiros meses de funcionamento do modelo cívico-militar. Além disso, com a consolidação desse modelo, novas dinâmicas disciplinares foram estabelecidas, o que pode ter intensificado episódios de coerção e uso da força dentro do ambiente escolar. A violência física se destaca como uma das categorias mais registradas, independentemente da relação de violência analisada, ocupando o terceiro lugar quando a vítima é o estudante e o agressor é um servidor ou militar.

Em algumas denúncias fornecidas pela **APP-Sindicato**, onde há relatos detalhados dos casos, é possível identificar a presença da violência física em diversas situações. A **SEED**, por sua vez, não anexou relatórios ou descrições detalhadas sobre as denúncias recebidas, o que limita a análise qualitativa desses registros. Esses relatos são essenciais para compreender o contexto das denúncias, como ilustram os casos apresentados a seguir.

“No dia 20/03 houve uma briga no meu colégio, eu estava parada e afastada, quando o monitor militar se aproximou de mim empurrando, me fazendo quase cair, isso me fez uma lesão corporal deixando meu braço totalmente roxo e dolorido.” Estudante 1.

“Quando professores faltam, ficamos praticamente o tempo todo em pé, cantando o hino do Paraná, desde maio, não deixam usar correntes, e APENAS MENINAS podem usar brinco, desde o início do ano, os militares gritam muito alto, e os monitores auxiliares(alguns apenas) xingam de forma muito rude. Os militares fazem ameaças, deixam os alunos constrangidos, como por exemplo, quem não está com uniforme completo (mesmo estando com roupa da mesma cor do uniforme) levam à frente do pátio para servir como exemplo do que não fazer. E não adianta reclamar com a equipe pedagógica, pois elas são a favor das atitudes que citei.” Estudante 2.

“Meu filho é autista e todos os dias chega chorando pelo abuso de poder por parte de um polícia Cabo, que na última quinta-feira 22-08, gritou com menino, desregulando o menino, dando ainda uma ocorrência pra ele. Situação que não é única.” Mãe 1 de Estudante.

“Durante os meses de fevereiro e março de 2024, onde as temperaturas se mantiveram acima da média no estado, evidenciando um forte calor; os estudantes são proibidos de usar calção e shorts para frequentar a escola, com isso as reclamações dos alunos são frequentes e muitos chegam a passar mal durante a formação que os obriga a permanecer muitas vezes longos períodos em pé no calor ouvindo críticas constantes dos militares.” Professora 1.

Como observamos acima, a violência continua presente dentro dessas escolas, o modelo cívico-militar não tornou o ambiente seguro nesse sentido, pelo contrário, adiciona outra relação de violência, no caso, de militares com estudantes. Nestes exemplos é possível notar como a estas escolas não consideram as especificidades dos estudantes nas suas abordagens.

A militarização das escolas públicas contrasta com os princípios fundamentais da educação democrática e inclusiva. Segundo Gilberto (2022), a presença de militares nesses espaços impõe uma lógica hierárquica e disciplinar que não corresponde ao ambiente de aprendizado, onde o diálogo, a diversidade e a construção coletiva do conhecimento devem ser centrais. A imposição de um modelo rígido de disciplina, baseada no medo e na punição, cria um ambiente de repressão que compromete o desenvolvimento crítico dos estudantes. Como ressaltam Santos & Cara (2023), a restrição de matrículas e a seleção de perfis específicos para essas escolas ferem o princípio da universalização do ensino, promovendo exclusão e reforçando desigualdades sociais.

Essa situação se repete em outros tipos de violências registradas nessas denúncias. Como é o exemplo da violência e assédio moral, também sendo um dos três tipos de violência mais relatados nessas denúncias, tal como podemos ver no relato de outro estudante que retrata um pouco de seu cotidiano no colégio.

“Militares despreparados, usando de abuso psicológico e situações vexatórias com os alunos, trazendo consequências graves à saúde mental dos mesmos. Funcionárias da escola agindo da mesma maneira grosseira dos militares.” Estudante 3.

A estudante em questão, reporta na denúncia que após a implementação do modelo cívico-militar, alguns funcionários começam a se comportar de maneira truculenta com os estudantes, algo que segundo a estudante, acontece por parte dos militares. Observa-se então que, o ambiente militarizado também impacta o comportamento dos funcionários civis, que passam a adotar uma postura mais repressiva com os estudantes. Como é analisado por Silva (2023), a cultura disciplinar excessiva pode levar à normalização da violência e à intimidação como ferramenta de controle.

A literatura também aponta para as consequências emocionais e psicológicas desse modelo. Soares & Oliveira (2022) destacam que a ausência de diálogo e a imposição autoritária de regras geram um ambiente de medo e insegurança, em vez de estimular o respeito e a responsabilidade. A punição de comportamentos considerados desviantes, incluindo a perda de notas por infrações disciplinares, demonstra um controle rigoroso sobre os estudantes, criando uma cultura de coerção que desestimula a expressão de opiniões e a construção de autonomia. Como analisa Miguez, Furley & Pinhel (2022), essa estrutura não promove um aprendizado genuíno, mas sim a conformidade a um sistema disciplinar que desconsidera as necessidades individuais dos estudantes. Esta padronização pode acarretar numa espécie de apagamento da diversidade cultural, que é típica dos jovens, e fundamental na construção de suas identidades. Neste processo de homogeneização é negado ao estudante suas expressões culturais e portanto acentua práticas discriminatórias e excludentes.

Também comenta sobre a ideia inicial que usaram para vender o projeto, voltada para a melhoria de segurança dentro das escolas e diz que isso não mudou:

“Nos passaram a ideia de segurança, mas vemos esporadicamente alunos com facas ou canivetes, exibindo para os colegas na saída. Cadê essa segurança? E todas as reclamações que os pais ou responsáveis levam para as diretoras e pedagogas, elas dizem que para eles está muito melhor assim, porque os alunos estão se comportando. Como não vão se comportar se eles têm medo dos militares? Eles amedrontam os alunos, assustando e usam essas palavras quando se dirigem aos pais, ameaçam gritar nos ouvidos dos alunos durante essas formações absurdas, que roubam tempo de aula antes da saída, e gritam mesmo, abuso total de autoridade. Quando questionamos a quem recorrer em caso de abuso por parte dos militares, a equipe escolar desconversou, pois para eles está ótimo assim, não estão pensando na saúde mental, no psicológico dos alunos. Alguns pais estão pensando em acionar o conselho tutelar já que ninguém nos ajuda!”. Estudante 4.

Outro aluno, relata que em sua escola existe inclusive intimidação provocada pelos militares, para que os estudantes não relatem as situações aos seus pais e responsáveis, é possível em um dos relatos ver que ameaças e agressões são promovidas também pelos diretores das escolas. Em muitos relatos anexados às denúncias registradas na campanha promovida pelo sindicato, é possível observar a palavra “humilhar”, “humilhada(o), “humilhação” e derivações, levando a pensar que esse sistema promove um sentimento em comum nos estudantes dessas instituições.

“Permanecer em posição de sentido por mais de 50 minutos, exigência de corte de cabelo no modelo militar, ameaças de não deicharem(sic) entrar no colégio se não cortar o cabelo , intimidar o aluno para que não relate os abusos para a família, constranger o aluno sobre o seu corte de cabelo e passando a mão na cabeça do aluno na forma de humilhar o aluno.”
Estudante 5.

“Eu como aluna do colégio me sinto humilhada no colégio, o diretor é extremamente grosso com os alunos, xinga com palavras baixas como se fossem bandidos e pegam muito no pé em relação ao uso de brinco, corrente e principalmente o cabelo das meninas, a cabo só sabe ficar sentada num canto cobrando isso. Parece que estamos num quartel ou até mesmo na prisão, pois às vezes os alunos são tratados como bandidos.” Estudante 6.

“Entrei com um piercing na escola a diretora disse que se eu não tirasse ela iria arrancar no alicate, não acho necessário essas regras pois quem decide os acessórios que irei usar e de qual forma irei cortar meu cabelo sou eu.”
Estudante 7.

No campo discriminatório, as denúncias caminham muito para a LGBTQIA+fobia, racismo (religioso principalmente). Onde em algumas denúncias nota-se falas que não apenas discriminam, a promoção de ações assim, não fazem com que a escola seja segura, pelo contrário, para esses estudantes, o ambiente escolar se torna em um ambiente extremamente hostil e excludente.

“Na semana anterior ao Carnaval o professor faltou e um professor e o policial ficou com eles na quadra e estava ensinando eles caminharem de mãos para trás e quando ele disse que não pode andar como boiola na escola....” Estudante 8.

“Minha filha parou de estudar devido aos abusos dos militares,tanto da diretoria quanto de monitores por causa da religião que ela

prática, ela foi suspensa, castigada sendo obrigada a assistir durante a aula cultos de outras religiões, foi humilhada perante a sala de aula e proibida de entrar no colégio por causa da cor do cabelo, devido aos abusos ela precisou fazer tratamento psicológico e desistiu de estudar.” Mãe 2 de uma estudante.

Além do impacto psicológico, a militarização das escolas também levanta preocupações sobre violações de direitos fundamentais. Casos de assédio sexual por parte de militares, denunciados por Mendonça (2019), revelam como a lógica de poder e subordinação dentro dessas instituições pode resultar em abusos e silenciamentos. Além disso, episódios de intolerância religiosa, como o ocorrido em uma escola cívico-militar do Distrito Federal, evidenciam a normalização da repressão a manifestações culturais e identitárias dentro desses espaços (Correio Braziliense, 2023). Esse cenário reforça a necessidade de repensar modelos educacionais que negligenciam os princípios democráticos e os direitos humanos em nome da ordem e da disciplina.

Apesar de ser a segunda violência com mais registros numa análise geral das denúncias registradas, perdendo apenas para a violência física, totalizando 119 denúncias, das quais 104 foram sofridas por estudantes em relações militares-estudante, servidores-estudantes ou não houve registro da relação. É também a violência que mais teve casos onde a vítima é o estudante. Um dado alarmante, mas que, segundo uma dos relatos coletados pela APP Sindicato, não é dada a devida relevância e busca para solucionar nas apresentações do modelo nas reuniões de expansão do modelo para outras escolas estaduais.

“Ontem (23/11) reuniram os pais pra conversar. Apresentaram só um lado, o diretor disse que os assédios que aconteceram em escolas cívico-militares são ‘erro humano’.” Estudante 9.

Claro, esse tipo de violência é registrado em colégios regulares também, entretanto segundo uma professora que realizou uma denúncia, os casos são acobertados até pelos diretores das instituições, mesmo partindo de não-militares, para que não exista “escândalos” envolvendo as instituições e o novo modelo implementado:

“Um professor PAEE da turma do técnico agronegócio está assediando colegas de trabalho e ALUNAS em sala. Porém a Equipe pedagógica está pondo panos quentes para que os pais das alunas e os colegas professores não realizem denúncias para não ocorrer “escândalos” envolvendo a escola e o modelo cívico-militar.

Essa foi a categoria de violência que menos teve registros nas denúncias coletadas pela APP (2), o que resultou em uma carência de descrições e relatos sobre os outros 102 casos recebidos e registrados pela SEED. Observa-se que há um aumento exponencial nos registros de denúncias voltadas para esse tipo de violência, como é possível visualizar na Tabela 04 deste artigo. Ainda que a APP não tenha recebido tantas denúncias desse gênero, cabe ressaltar que das 102 denúncias coletadas pelo Sindicato, apenas 16 foram registradas nas escolas, SEED ou Ministério Público, apesar de não terem sido identificadas no cruzamento das denúncias, com exceção de uma que foi encontrada na lista enviada pela SEED, mas apesar disso, houve uma divergência nas informações fornecidas pelo denunciante no formulário da APP e as informações fornecidas sobre a denúncia pela SEED. Enquanto o denunciante registrou na escola como ‘Agressão Verbal’ e relata situações vexatórias observadas por ele partindo dos militares e de alguns funcionários para com os estudantes, na SEED, classificam como “Extra-Escolar”.

Diante dessas questões, é essencial reafirmar o papel da educação como ferramenta de emancipação e formação cidadã. Como aponta Freire (apud Pretto & Zitzoski, 2016), a escola deve ser um espaço de construção coletiva do saber, onde os estudantes possam desenvolver pensamento crítico e autonomia. A educação pública precisa garantir um ambiente que valorize a diversidade, promova o diálogo e estimule a participação ativa dos jovens na sociedade. Modelos que priorizam o controle sobre a liberdade de expressão e a imposição de regras sem questionamento acabam por reduzir o papel da escola a um mecanismo de conformidade, em vez de ser um espaço de transformação e crescimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as denúncias coletadas entre 2020 e 2024 sobre as escolas cívico-militares no Paraná evidencia que a militarização da educação não apenas falha em acabar com a violência escolar, mas também instaura uma nova dinâmica de opressão e intimidação entre militares, servidores e estudantes. Os dados apresentados mostram um crescimento significativo de registros de agressões físicas, assédio moral e sexual, intimidações e discriminação desde sua implementação até a última atualização desses dados no ano de 2024, o que indica que a presença militar nessas instituições, em vez de promover um

ambiente mais seguro, ao inserir uma nova relação de violência, possa estar contribuindo para a ampliação de relações autoritárias e repressivas no ambiente escolar.

O modelo cívico-militar parte do pressuposto de que a imposição de regras rígidas e disciplina estrita resultaria em uma maior ordem e respeito dentro das escolas. No entanto, os relatos coletados nas denúncias demonstram que essa abordagem ignora os impactos psicológicos e emocionais dos estudantes. O fator em comum entre os relatos descreve sentimentos de medo, humilhação e impotência diante de práticas coercitivas, como punições públicas, gritos, controle da aparência e exposições vexatórias. Além disso, há evidências de que essa estrutura afasta alunos de grupos historicamente vulnerabilizados, como estudantes LGBTQIA+, negros, aqueles pertencentes a religiões de matriz africana e pessoas com deficiência, reforçando desigualdades e tornando o ambiente escolar excludente. No caso dos estudantes com deficiência, a rigidez disciplinar e a falta de adaptações estruturais e pedagógicas podem representar barreiras adicionais ao aprendizado e à permanência nessas escolas. A ausência de políticas inclusivas eficazes dentro desse modelo educacional pode dificultar o acesso a um ensino equitativo e adequado às necessidades individuais desses alunos, tornando a militarização mais um fator de exclusão dentro do sistema público de ensino.

Consequentemente, torna-se essencial questionar o propósito das escolas cívico-militares e os impactos que esse modelo tem na formação dos jovens e na sociedade civil. Como apontado pela literatura, a educação deve ter um caráter civil, fundamentado nos princípios democráticos, na pluralidade e no respeito aos direitos humanos. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos, preparando-os para a cidadania e para o trabalho (BRASIL, 1988). O modelo militarizado, ao contrário, restringe a liberdade dos estudantes e desconsidera a importância da participação ativa na construção do conhecimento.

A tentativa de impor um modelo disciplinador que valoriza a hierarquia sobre o pensamento crítico contraria os princípios de uma educação emancipatória, como defendido por Paulo Freire, que argumenta que a escola deve ser um espaço de libertação e não de domesticação. A presença militar na gestão escolar impõe uma lógica verticalizada e excludente, que compromete a liberdade dos alunos e o caráter inclusivo da educação pública.

Considerando esse cenário, conclui-se que a militarização das escolas públicas, através desse sistema de escolas “cívico-militares”, não representa uma solução viável para os desafios educacionais do Brasil e nem do Paraná. Ao contrário, os dados analisados indicam que essa estratégia não tem contribuído para o fim da perpetuação dos variados tipos de violência que ocorrem dentro do ambiente escolar, ao mesmo tempo que restringe o espaço de aprendizado e expressão dos estudantes. A criação de um ambiente hostil não resulta em melhor desempenho acadêmico ou na diminuição de conflitos, mas sim na imposição de um clima de repressão que impacta diretamente a saúde mental e o desenvolvimento dos jovens.

Diante dessas evidências, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerrou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2023, logo no primeiro ano de seu terceiro mandato, reconhecendo sua inconstitucionalidade e os impactos negativos desse modelo. A decisão reflete o entendimento de que a educação pública deve ser pautada por princípios democráticos e inclusivos, garantindo um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor para todos os estudantes, sem imposições autoritárias que comprometam seu desenvolvimento integral.

Como últimas considerações, é esperado que este estudo consiga contribuir para uma discussão mais ampla sobre os impactos causados pelas escolas cívico-militares na sociedade e inspire a busca por alternativas que promovam uma educação de qualidade, inclusiva e respeitosa com os direitos e a dignidade de todos os que compõem a comunidade escolar, inclusive os estudantes. E que fortaleça os modelos educacionais que priorizam a participação democrática, a equidade e o respeito à diversidade, que são essenciais para a formação de cidadãos críticos e engajados, tornando a escola um espaço verdadeiramente transformador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. Brasil: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; nº 125). Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.

BRUNÓRIO, G. C. **A repressão e violência aos estudantes nas escolas cívico-militares brasileiras**. *Juventude.br*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 9, 2024. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/284>.

CHRISPINO, Alvaro; DUSI, Miriam Lucia Herrera Masotti. **Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz**. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 597-624, out./dez. 2008.

COSTA, Gilberto Soares da. **Direito à educação e a militarização no Distrito Federal**. Trabalho Final de Curso (Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação - FE), 2022. Universidade de Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32620/1/2022_GilbertoSoares-DaCosta_tcc.pdf.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir – Nascimento da prisão**. São Paulo: Editora Vozes, 1975.

GARCIA, Maria. **“Educação, problema básico da Democracia”: o Estado Federal e a atuação dos conselhos educacionais**. *Revista de Direito Educacional*, nº 1, ano 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan./jun., 2010.

JESUS, Marília Cristina Sassim. **O FENÔMENO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIFUSÃO DE INOVAÇÃO**. 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/han-dle/10438/31477/Mar%3%adlia%20Sassim_Dis-serta%3%a7%3%a3o_VF%2021122021%20%5bCom%20ficha%20catalogr%3%a1fi-ca%5d%20-%20Atualizado%20fgv_2.pdf?se-quence=1&isAllowed=y

MIGUEZ, Brunella Poltronieri; FURLEY, Ana Karyne Loureiro; PINEL, Hiran. **Escolas cívico-militares, Foucault e corpo dócil: disciplina como via de ensino?** ARTEFACTUM – REVISTA DE ESTUDOS EM LINGUAGEM E TECNOLOGIA ANO XIV – Nº 01/2022.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo?** *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039>.

Preto, F. L., & Zitkoski, J. J. (2017). **POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA: UM DIÁLOGO ENTRE PAULO FREIRE E ERICH FROMM.** *Revista De Ciências Humanas*, 17(29), 47–65. <https://doi.org/10.31512/rch.v17i29.2225>

ROCKWELL, E.; EZPELETA, J. **A escola: relato de um processo inacabado de construção.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

SANTOS, Émina. **A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira.** *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, e184961, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201945184961>.

SANTOS, Catarina de Almeida & CARA, Daniel Tojeira. **Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio.** In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima et al. (Orgs.). **(De)formação na escola: desvios e desafios.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 167-190. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-26-2.p167-190>.

SILVA, Maria Carolina Vieira da. **Educação e ordem: um estudo de caso numa escola cívico-militar do oeste paranaense.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

SOARES DE SOUSA, J.; LIMA DE OLIVEIRA, D. **Das cirandas aos quartéis: expansão da militarização das escolas públicas no Tocantins.** *Retratos da Escola*, v. 17, n. 37, p. 61-82, 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1678>. Acesso em:

SOUZA, Juliana Boanova; SANTOS, Suelen Assunção. **Programa Escola Cívico-Militar: diagnóstico do presente.** 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/4140/7828/8167>.

WERNER, Patricia Ulson Pizarro. **Direito à educação na Constituição Federal.** *Enciclopédia Jurídica da PUC-SP.* Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/83/educacao-1/direito-a-educacao-na-constituicao-federal>.